

Anais da Assembléia

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, 20 DE NOVEMBRO DE 1973

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

3.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielise Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Nacli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basilio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Nacli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basilio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basilio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Nacli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Mauricio Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basilio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Mauricio Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Mauricio Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielise Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Nacli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basilio Zanusso — Mauricio Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basilio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélío Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 230.^a Sessão (Extraordinária) Realizada em 20 de novembro de 1973 (Terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Francisco Escorsin — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Xenofonte Villanueva — João Mansur — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Luiz Roberto Soares — Mauricio Fruet — Paulo Camargo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Quielse Crisóstomo (41); achando-se ausentes os Srs. Deputados Antônio Maciel — Borsari Neto — Fuad Nacli — Ivo Rocha — João Fadel e Wilson Fortes (6).

Verificada a existência de número legal o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão Extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — Não há Expediente a ser lido.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 41 Srs. Deputados.

Em discussão a seguinte Proposição:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 253-73, Veto apostado ao Projeto de Lei n.º 288-71, de autoria do Dep. Xenofonte Villanueva, que autoriza o Poder Executivo conceder aos alunos matriculados em estabelecimentos de ensino superior, localizado no Estado, cujo pai funcionário civil ou militar, venha a falecer, uma bolsa de estudo reembolsável no prazo de 15 anos e dá outras providências. Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Encerrada a discussão. — Em votação. — Rejeitado o Projeto, mantido o Veto.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para amanhã, dia 21, às 14,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 234-73
Levanta-se a Sessão.

3.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura Ata da 231.^a Sessão Ordinária Realizada em 20 de novembro de 1973 (Terça-feira)

Presidência do sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos srs. Deputados Jorge Sato e Rosário Pitelli.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aginaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antonio Belinati — Antonio Costa — Antonio Lopes Júnior — Arizone Araújo — Arthur de Souza — Basilio Zanusso — Domicio Scaramella — Emilio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Mauricio Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Paulo Poli — Quielse Crisóstomo — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva. (40), achando-se ausentes os srs. Deputados: Antonio Maciel — Borsari Neto — Fuad Nacli — Ivo Rocha — João Fadel — Paulo Camargo e Wilson Fortes. (7).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETARIO — procede à leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

OFÍCIOS:

Ofício n.º 63-73, do Senhor Nabor Romancini, Presidente da Câmara Municipal de Dois Vizinhos, encaminhando cópia do Requerimento do Senhor Vereador Paulino Gaidzinski, solicitando ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Ministro da Justiça uma reconsideração constitucional que permita aos Vereadores de modo geral, o direito de remuneração que recompense os gastos de assistência que são obrigados a fazer para atender as necessidades do eleitorado menos favorecido pela sorte, visto que a ausência de recursos assistencial dos Municípios. — Ao conhecimento da Casa.

Do Senhor Alessio Vaz Orimo, Gerente do Banco do Brasil S.A., no qual acusa recebimento e agradece o Requerimento do Senhor Deputado José Muggiati Filho. — Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Ofício n.º 107-73, do Senhor Paulo Kornath comunicando haver reassumido o cargo de Prefeito da cidade de Querência do Norte, do qual havia licenciado-se pelo período de 60 dias, para tratamento de saúde. — Ao conhecimento da Casa.

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n.ºs 55-73, 59-73, 66-73 e 63-73.

— de autoria do Senhor Deputado Xenofonte Villanueva solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 221-73.

— de autoria do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 234-73.

— de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho, solicitando a inclusão do Projeto de Lei n.º 150-73, na Ordem do Dia da próxima Sessão, dispensado da pauta.

— de autoria do Senhor Deputado Emilio Carazzai solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 244-73 e 233-73.

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições Regimentais, requer, após consultado o douto Plenário seja endereçado voto de pesar à família do extinto funcionário Aldo Sperandio, falecido esta madrugada, cujo corpo está sendo velado na capela do Cemitério Municipal.

Requer, outrossim, considerando que o extinto era antigo funcionário deste Poder, seja o expediente suspenso às 16:30 horas, para que seus colegas possam prestar-lhe a última homenagem.

Palácio 19 de Dezembro, 20.11.73.

(a) — Antonio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer seja encaminhado apelo ao Senhor Governador, no sentido das determinações de Sua Excelência para que seja firmado convenio entre o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública, e o Município de Campo Largo, relativa merce aos serviços de combate ao fogo e prevenção contra incendio, a serem executados pelo Corpo de Bombeiros, nos termos do estabelecido no artigo 117, da Constituição Estadual, tendo em vista o grande progresso daquela cmuna e que se recente desses serviços tão necessários à segurança de seus municípios.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Batista Bettiga, ocorrido dia 19 do corrente, nesta Capital.

Pessoa largamente relacionada e bem quista por todos que o conheceram, deixa o senhor João Batista Bettiga com o seu passamento, uma lacuna impossível de ser preenchida pelo seu espírito de trabalho e bondade.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor David Abrão, ocorrido dia 19 do corrente, nesta Capital, aos 80 anos de idade.

Pessoa de largo circulo de amizades e bem quista por todos que o conheceram, deixa o senhor David Abrão, com o seu passamento, uma lacuna difícil de ser preenchida pelo seu espírito de trabalho e bondade.

Requer, outrossim, seja a família enlutada cientificada do teor deste Requerimento.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Domicio Scaramella

Requerimento

Senhor Presidente:

Requeiro à Mesa, regimentalmente, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último sábado do Senhor Antonio Bertoli, tronco de tradicional família paranaense e genitor do vereador Ademair Bertolli.

Outrossim, aprovado o presente dê-se ciência da decisão da Casa à família enlutada, e a Egrégia Mesa da Câmara Municipal de Curitiba.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Mauricio Fruet.

Requerimento

Senhor Presidente,

No último dia 17, foi entregue a Cornélio Procópio, um magnifico conjunto residencial, construido com financiamento do Banco Nacional de Habitação.

A belíssima obra foi projetada pelo Instituto de Orientações as Cooperativas Habitacionais no Estado do Paraná — INOCOOP — e, sua construção esteve a cargo da destacada firma construtora Irmãos Mauad Ltda.

Assim, considerando o alto alcance social que representa mais este programa habitacional, o Deputado que o presente subscreve,

REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta Casa, votos de congratulações a INOCOOP, através seu Diretor Superintendente Engenheiro Honório Petersen Hungria e a firma Irmãos Mauad Ltda. pelo magnifico trabalho apresentado.

Requer outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos supracitados.

Sala das Sessões em 20 de novembro de 1973.

(a) — Rosário Pitelli

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas e de acordo com o Regimento Interno, após ouvido o Plenário, requer seja formulado um apelo ao Senhor Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social, Doutor Zacarias Emiliano Seleme, para que se digne mandar determinar sejam tomadas as medidas necessárias para a inclusão da "Delegacia Paraná — Pioneiras Sociais" entre as entidades subvencionadas pela referida Pasta.

A razão de ser do presente apelo prende-se ao fato de que, mesmo não contando com recursos oficiais, as Pioneiras Sociais vêm desenvolvendo em

nosso Estado um magnífico e estupendo trabalho, ou seja, difundindo métodos e prática para prevenir o câncer ginecológico, tendo realizado, desde sua instalação — maio de 1969 — até os nossos dias, o expressivo número de vinte e quatro mil, cento e nove (24.109) exames citológicos, em várias cidades e vilas do Estado, número este que poderá ser amplamente aumentado desde que conte com maior amparo financeiro.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas e na forma estabelecida pelo Regimento Interno, após ouvida a Casa, requer seja formulado um apelo ao Senhor Doutor Ivan Beira Fontoura, Excelentíssimo Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública, a fim de que aquela Pasta preste assistência médico-sanitária à "Delegacia Paraná-Pioneiras Sociais".

Desde sua instalação no Paraná, em maio de 1.969, a "Delegacia do Paraná — Pioneiras Sociais" vem procurando difundir a mentalidade de prevenção do câncer ginecológico, tendo realizado, desde aquela data até os nossos dias, vinte e quatro mil, cento e nove (24.109) exames citológicos, em várias cidades e vilas de nosso Estado.

Mesmo não contando com amparo oficial aquele número por sinal expressivo, poderá ser largamente aumentado desde que venham as Pioneiras a contar com a valiosa colaboração ora pretendida, cujas Pioneiras poderão, com maior profundidade, continuar com a importante e meritória tarefa e que se impuseram.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

Na forma prescrita pelo Regimento Interno e no uso de suas prerrogativas após ouvido o Plenário, o Deputado que este subscreve, requer seja formulado um apelo a Sua Excelência Emilio Hoffman Gomes, Digníssimo Governador do Estado, no sentido de que se digne conceder uma subvenção à "Delegacia Paraná — Pioneiras Sociais", em face do trabalho de alta relevância e profundo cunho social que vem desenvolvendo neste Estado.

Na verdade, as Pioneiras Sociais, no Paraná, vem desenvolvendo intensas atividades com a finalidade de difundir a prática de atos para prevenir o câncer ginecológico. Desde a sua instalação no Paraná, em maio de 1.969 até esta parte, as Pioneiras Sociais promoveram inúmeras palestras e conferências com o fim de atingir aquele objetivo, tendo conseguido nos anos de 1971, 1972 e nestes dez meses de 1973 realizar 24.109 (vinte e quatro mil, cento e nove) exames citológicos, em várias cidades e vilas de nosso Estado, número que por si só diz da grandiosidade das atividades já enfocadas.

Não fosse a exiguidade de recursos de que dispõem as Pioneiras Sociais, por certo tal número seria bem maior, beneficiando, por via de consequência, novas faixas e novos núcleos carecedores da ação desenvolvida por aquelas beneméritas senhoras, razão de ser do apelo que ora se formula.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Muggiati Filho

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado abaixo assinado, no uso de suas atribuições regimentais. Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado um Ofício ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Saúde Pública, Dr. Ivan Beira Fontoura, solicitando providências para que sejam efetuados reparos urgentes no aparelho de abnegrafia do Centro de Saúde de Maringá que se encontra com defeito a mais de 30 dias e, para ver da possibilidade da substituição do atual por um novo aparelho para o referido Centro de Saúde.

O aparelho de abnegrafia é de grande utilidade na prevenção das doenças torácicas, imprescindível ao bom desempenho dos trabalhos do Centro de Saúde de Maringá, contribuindo para o correto atendimento aos habitantes de Maringá e da Região.

Da decisão da Casa, solicita-se ainda, dê-se ciência ao Chefe do Centro de Saúde de Maringá.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Jorge Sato

Requerimento

O Deputado que este subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Senhor Aldo Angelo Sperandio, funcionário deste Poder Legislativo.

Outrossim, solicita ainda da decisão da Casa dê-se ciência à família entalhada rua Cel. Dulcídio, 427.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Ovídio Franzoni

Requerimento

Senhor Presidente:

Transcorrendo no dia 27 do corrente a data em que o Brasil assistiu estorrecido, o assassinato de ilustres filhos, por comunistas apátridas, requer o Deputado que o presente subscreve, após ouvido o Plenário seja dedicado a parte do grande expediente da Sessão daquele dia, para homenagear os mortos de 1935, na defesa dos sagrados postulados da civilização cristã brasileira.

Sala das Sessões, em 14 de novembro de 1973.

(a) — Antonio Lopes Júnior

Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja encaminhado ofício ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando a inclusão no Plano de Obras para o exercício de 1973, da construção de uma ponte sobre o rio Laranjinha ligando os Município de Santa Amélia e Cornélio Procopio.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA:

A ponte cuja construção propomos tem alta significação para toda a região. Além do grande volume de produção agrícola obtida através das fertilíssimas terras de toda a região, temos ainda a considerar o elevado número de estudantes que diariamente se locomovem para Cornélio Procopio em busca do ensino superior. Embora ambos Municípios se dividissem geograficamente, a ligação entre os mesmos só é possível através de outro Município, o que

aumenta a distância do percurso em mais de 100 por cento. Assim sendo Cornélio Procopio o escaadouro natural, o seu acesso fácil se torna necessário para facilitar a vazão de toda produção agrícola e propiciar condições fáceis para a locomoção dos estudantes que viajam diariamente em busca de melhores conhecimentos.

Requerimento

Senhor Presidente:

Indico, regimentalmente, o Exmo. Senhor Deputado Iris Caldart, para discursar em nome do MDB, na Sessão Solene do próximo dia 27, em homenagem ao Centenário de Plácido de Castro.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Mauricio Fruet

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei n.º 277-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Metodista de Assistência Social "AMAS", com sede e foro na cidade de Morretes, Estado do Paraná.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 07 de novembro de 1973.

(a) — Igo Iwant Losso

JUSTIFICATIVA:

A Associação Metodista de Assistência Social "AMAS", é entidade de caráter assistencial que visa a beneficência dos pobres e desvalidos. Além destas finalidades, visa contribuir para o soerguimento moral do povo com a promoção de educação de base, orientação vocacional e formação profissional; visa distribuição de periódicos orientativos do lar e da família. São, portanto louváveis as finalidades a que se propõe e realiza, como pode-se verificar.

A AMAS mantém ainda em Morretes um Orfanato para crianças desamparadas.

Os membros de sua Diretoria nada percebem e aplicam totalmente os recursos em suas finalidades estatutárias, pois não visa qualquer lucro.

Sob o aspecto legal, encontra-se registrada sob o n.º 508 do livro "A" de Pessoa Jurídica do 1.º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Capital, no dia 26 de outubro de 1969, conforme cópia anexa dos estatutos e Certidão.

Assim, pelos justos motivos, esperamos haja a merecida aprovação do presente Projeto de Lei, como reconhecimento aos valiosos préstimos que realiza aquela comunidade.

Projeto de Lei n.º 278-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Ibatí, com sede e foro no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Haroldo Bianchi

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibatí (APAE), criada aos 23 de fevereiro do ano em curso, representa o esforço não só de um grupo de cidadãos abnegados, mas também do trabalho de conscientização de toda a comunidade daquele próspero Município. Há de se reconhecer o valor altamente patriótico dos objetivos da Instituição. Ibatí tem no seio de sua sociedade, segundo estatísticas não oficiais, cerca de sessenta excepcionais, quase todos do grupo dos chamados oligofrênicos de Kraepelin. Os Poderes Públicos do Município e a Comunidade toda, antecipando-se aos planos educacionais do Estado, criaram e em boa hora o fizeram, a APAE cujas finalidades do mais alto gabarito social e educacional é indiscutível.

As dificuldades para o custeio da escola no sentido do pagamento do aluguel das salas de aula, da compra dos materiais necessários ao curso e da manutenção dos professores especializados, mesmo com a colaboração da Prefeitura constituem problema para a APAE.

No sentido da maior ajuda possível a tão nobre iniciativa propomos o presente Projeto de Lei.

Projeto de Lei n.º 279-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º. Fica declarado de utilidade pública a Associação Interconfessional de Curitiba, com sede e foro nesta cidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Antonio Belinati

JUSTIFICATIVA:

A Associação Interconfessional de Curitiba, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todos os requisitos em lei para atingir seu fim, ou seja, tem seu estatuto registrado no cartório de Pessoas Jurídicas competentes; vem funcionando de forma efetiva desde junho de 1973 e presta serviços de utilidade pública à população desta cidade. Finalmente os membros de sua diretoria não percebem qualquer remuneração, conforme fica comprovado pelo documento anexo.

Assim, pois levamos o presente Plano de Lei à apreciação dos Nobres Pares, esperando que se lhe dê o indispensável apoio e final aprovação.

Projeto de Lei n.º 280-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a elevar para seis Salários Mínimos da Região de Curitiba, a pensão mensal concedida a senhora Sylvia Braga Munhoz da Rocha, viúva do ex-Governador do Estado, Doutor Caetano Munhoz da Rocha.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973.

(a) — Emilio Carazzai.

JUSTIFICATIVA:

O presente Plano de Lei, visa assegurar à viúva do ex-Governador do Estado do Paraná, Doutor Caetano Munhoz da Rocha, uma pensão compatível com a condição social que ocupou seu esposo no Estado, por dois quatriênios.

Gestão tão elevada que propiciou ao Estado um período administrativo, primado pela grandeza de uma administração, salientando-se uma rede de assistência social que ainda hoje está aí para atestar a benemerência de seu governo. Notando-se as construções do Leprosário São Roque no Município de Piraquara; o Sanatório São Sebastião na cidade da Lapa; a disseminação de Foruns pelo interior do Estado, dando a Justiça paranaense o grau de merecimento para a sua alta investidura, além de outras obras, tanto na Capital, como o Abrigo dos Velhos no Alto do Cabral, e o Asilo para Proteção da Infância Desamparada, situado no Bairro do Portão, bem como outras realizações em obras públicas no interior do Estado.

É indiscutível a oportunidade do presente Projeto de Lei, que devidamente amparado pelo Poder Executivo, terá feita "A Justiça de Deus na Voz da História".

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, Sr. Deputado Haroldo Bianchi.

O SR. HAROLDO BIANCHI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Uma ocorrência feliz que vem significando em todo o País e, por sorte nossa começou no Estado do Paraná, em minha cidade de Jacarezinho, levou-me a fazer duas ou três anotações que passo a ler:

"No dia 16 do mês em curso, Jacarezinho teve a honra de receber a equipe encarregada de proceder a vacinação contra o Sarampo, fato por demais auspicioso para nossa região. (Refiro-me ao Norte Pioneiro de nosso Estado).

O sarampo que grassa endemicamente em nosso País, com surtos epidêmicos por vezes violentos e arrasadores fazendo sucumbir centenas e centenas de crianças, quando não deixa indelevelmente suas marcas de seqüelas que se identificam às próprias oligofrenias, está hoje sendo combatido com os recursos mais modernos e aperfeiçoados da ciência.

O Ministério da Saúde já iniciou a vacinação contra esse flagelo, segundo um plano elaborado que deverá cobrir todo o País.

O Paraná recebeu a primeira partida de vacinas num total, se não me falha a memória, de 220.000 doses, e, felizmente deu início aos trabalhos com êxito total.

Presenciei em minha cidade um dos episódios mais comoventes, quando, no prédio do Centro de Saúde e em vários Grupos Escolares a massa humana se aglomerava, sem o menor incidente, fruto da organização, do trabalho planejado e, o que é mais importante, da colaboração eficiente, abnegada e porque não dizer patriótica da comunidade.

Professoras, diretoras de estabelecimentos de ensino, senhoras da sociedade, todos entendendo perfeitamente o alto valor, em termos de medicina preventiva, no trabalho que se realiza, ocuparam-se incansavelmente na tarefa da vacinação.

Por essas razões todas, apresentamos dessa Tribuna o nosso testemunho de reconhecimento, de gratidão e de aplauso ao Governo do Estado, não só à pessoa de S. Exa. o Sr. Secretário da Saúde, Dr. Ivan Beira Fontoura e a toda a equipe de trabalho, Dr. Adolfo Rosencsics, do Departamento de Unidades Sanitárias, Dr. Fernando Cesar de Oliveira, encarregado do Ministério da Saúde para a vacinação junto à Secretaria de Saúde de nosso Estado, Dr. José Pontes de Noronha, Chefe do Distrito Sanitário de Jacarezinho e o médico representante do Ministério da Saúde em nosso Estado.

Para que S. Exa., o Sr. Mário Machado Lemos, digníssimo Ministro da Saúde, tome conhecimento da conscientização e sobretudo para que transpareça a S. Exa. a gratidão do povo paranaense, submetemos à apreciação dos nobres Pares, o seguinte Requerimento: (Lê)

"Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, Requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviado telegrama a Sua Excelência o Senhor Mário Machado Lemos, Digníssimo Ministro da Saúde, o do seguinte teor: "A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná vg apresenta Vossencia cumprimentos povo paranaense vg transparecendo mesmo tempo sua gratidão pelo brilhante trabalho que está sendo realizado vg sentido vacinação em massa contra sarampo vg cuja importância médico social é de mais alta relevância".

Telegrama esse, de agradecimento pelo brilhante trabalho que está sendo realizado em todo o País, com especial referência ao Estado do Paraná, onde o êxito tem sido enorme em todas as comunas onde estão sendo procedidas as inoculações.

Sala das Sessões, em 20 de novembro de 1973

As. HAROLDO BIANCHI
Deputado Estadual"

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao nobre Deputado Erondy Silvério, segundo orador inscrito para o Pequeno Expediente.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

Dois assuntos, talvez de muita relevância, trazem-nos à Tribuna, na tarde de hoje, embora não querendo nos transformar novamente em Vereador curitibano, mas como representante do povo de Curitiba, nesta Casa, pois que fiquei sensibilizado com a coluna do jornalista Carlos Young, na edição de domingo, de "O Estado do Paraná". Alertava aquele brilhante jornalista para que a Prefeitura de Curitiba, bem como a própria Secretaria de Segurança Pública, voltem suas atenções para a Praça Osório, um dos mais belos logradouros curitibanos. E, hoje, por aquela Praça, senhoras, senhoritas e mesmo crianças não podem transitar. Embora o Departamento de Parques e Jardins da Prefeitura estar se preocupando muito com as praças públicas, inclusive fechando o Passeio Público, às segundas-feiras, para dar banhos nos animais, não tem tomado nenhuma providência com relação à estética e limpeza da Praça Osório, um dos mais belos logradouros públicos, como já dissemos. A Secretaria de Segurança Pública também deve intensificar o policiamento daquela Praça, pois que ali tem sido o encontro não só de decadidas mas também de homossexuais. É necessário que a Secretaria de Segurança Pública, através da Delegacia de Costumes, passe a ostentar, ali, um policiamento rigoroso, a fim de devolver a tranquilidade àquele logradouro público, e aos moradores daquela Praça, que têm, nela, seu único ponto de lazer. Existe ali um parque infantil que é frequentado pelas crianças, mas as mães e as babás daquelas crianças não podem, muitas das vezes acompanhá-las, tal a decadência moral dos frequentadores daquela praça.

Ficam aqui nossos elogios ao colunista Carlos Young, o nosso apelo ao

Prefeito Municipal de Curitiba para que, através do Departamento de Praças e Jardins, é ao Exmo. Sr. Secretário de Segurança, através de sua Delegacia de Costumes, tomem as providências que forem necessárias para que aquela praça volte a ser, novamente, o recanto agradável da cidade de Curitiba.

Em segundo lugar, quero fazer um apelo ao Secretário de Educação e Cultura referente ao seguinte: Existe um Sr. Nuncio de Marcos do DEFD que quer acabar com o futebol de salão, principalmente, nos Jogos Abertos do Paraná. Agora, ainda, a quadra do Ginásio de Esportes do Turumã recebeu a marcação para quase todas as modalidades de esportes que se pratica em recinto fechado, menos para o futebol de salão. Parece que o exemplo maléfico de Londrina, no Moringão, está frutificando. Lá segundo informações que tivemos foi proibida a prática do futebol de salão. No Ginásio do Turumã isto também ocorre porque fui lá ver. O apelo verbal que faço ao Secretário de Educação que encaminharei posteriormente, por escrito, é que determine a marcação da quadra de futebol de salão e não deixe de incluí-lo nos próximos Jogos Abertos do Paraná porque vem sendo praticado por milhares e milhares de jovens. Num País em desenvolvimento como o nosso que busca a auto-afirmação nos esportes principalmente naqueles de modalidade olímpica, não se admite e não se concebe que se impeça que os jovens pratiquem, no próprio ginásio construído com dinheiro do povo, esta modalidade de esporte tão bem aceita não somente no Paraná como no Brasil todo.

Posteriormente, encaminharei, por escrito, o apelo ao Secretário de Educação. Segundo informações dos Deputados Alvaro Dias e Olavo Ferreira, representantes da Capital do Café, no Moringão não foi proibida a prática do futebol de salão. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTONIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Atendendo apelo justo e, muitas vezes, angustiante de milhares de funcionários públicos estaduais de nosso Estado, apresentei Projeto de Lei proibindo qualquer tipo de desconto nos vencimentos dos funcionários estaduais. A medida visa evitar que se continue cometendo abusos de várias naturezas, como por exemplo a venda de títulos patrimoniais, seguro de vida em grupo que vão aumentando, aumentando de tempos em tempos, mensalidades de associações de classes, quase nunca sem a autorização expressa do interessado.

O Projeto de Lei visa impedir que se façam descontos de qualquer natureza, a não ser que o próprio interessado manifeste, por escrito, expressamente, o seu consentimento, autorizando o desconto.

A medida é de grande alcance e espera que esta Casa dê o devido acolhimento, para satisfazer a ansiedade de tantos e tantos funcionários públicos que vêem os seus vencimentos diminuídos, de uma hora para outra. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para o Pequeno Expediente, ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Antecedeu-nos nesta Tribuna o ilustre Deputado Erondy Silvério, debatendo aqui o que nós chamamos de perseguição a um esporte, que tem motivado verdadeiras multidões, em especial no Interior do Paraná, o Futebol de Salão.

É o esporte amador que hoje tem levado aos estádios maior número de torcedores e motivado um desenvolvimento, da nossa mocidade, cada vez mais crescente, até mesmo com a realização de competições da âmbito nacional e internacional.

Temos hoje no Brasil, grandes quadros de Futebol de Salão e, como exemplo, a Sociedade Esportiva Palmeiras; e hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, no momento em que vemos as dificuldades que os nossos atletas, que os aficionados do Futebol de Salão vem encontrando para a prática deste esporte não encontrando sequer, às vezes, um ginásio para o seu treinamento ou para a disputa do torneio, queremos, a exemplo daquele que nos antecedeu, fazer um apelo ao Sr. Secretário Cândido Martins de Oliveira para que demonstre que é realmente um homem afinado com o esporte amador, liberando os ginásios que estejam sob a jurisdição da Secretaria de Educação e Cultura, para que a nossa mocidade possa encontrar todo o apoio, todos os incentivos e jamais o desânimo por essas perseguições, por esses atos que não condizem com o pensamento das nossas autoridades — de incentivar o esporte amador.

Estamos vendo que o esporte profissional vem tendo todos os privilégios. A Loteria Esportiva, ao invés de ajudar as entidades de assistência social, ao invés de ajudar o esporte amador, tem dado toda cobertura financeira, para o esporte profissional; assim é que o time de futebol que sai daqui para jogar, às vezes em Manaus, ele sai com 1 ou 2 dias de antecedência, vai num avião quase que especial, nos melhores vôos, os atletas ficam hospedados no hotel mais caro da Capital.

Há clubes de futebol que, além dos técnicos, jogadores e dos elementos básicos para a disputa do Campeonato Nacional, estão fazendo verdadeiro turismo, levando homens para conhecer o Brasil — porque a Loteria Esportiva está custeando as passagens; assim, sai muito mais em conta o turismo, que tem, no Brasil e que pouco trará à educação do nosso povo, neste momento em que a loteria esportiva dá toda cobertura financeira para o esporte profissional — que precisa também de ajuda — mas, gostaríamos que esta ajuda não ficasse calcada tão somente ao esporte profissional mas, que o esporte amador, como é o caso do Futebol de Salão, tivesse também a sua ajuda, porque temos aqui no Paraná, a Federação Paranaense da Futebol de Salão que até hoje não recebeu da C.B.D. um vintém sequer de subvenção ou de ajuda. Agora, esta mesma Federação está com dificuldades até mesmo para dar atendimento às disputas e competições. Está faltando ajuda e até mesmo compreensão daqueles homens que deveriam se empenhar para dar a este futebol um incentivo e uma ajuda maior. É o nosso apelo portanto, para que a Loteria Esportiva não continue relegando a um plano secundário o nosso esporte amador, as nossas entidades de nível social, e para que se possa, aqui no Paraná, que muito se fala em loteria esportiva, construir aqui em Curitiba um grande centro esportivo, mas nada disso foi resolvido até o presente momento.

Há entidades carentes de recursos financeiros e até agora, não foram amparadas porque a Loteria Esportiva tem arrecadado milhões a cada teste que há em todo o território nacional.

Nós vemos, por exemplo, falando em necessidade de ajuda, que enquanto a Loteria Esportiva arrecada bilhões, nós vemos aqui um recorte de jornal que demonstra um caso triste e lacônico da cidade de Londrina. Num único Ginásio, o Ginásio Antonio Moraes de Barros no Jardim Bandeirantes, 81% das crianças estão sendo atacadas por verminose. Crianças subnutridas, crianças descendentes de pais humildes que estudam no Ginásio Antonio Moraes de Barros, no Jardim Bandeirantes. É um quadro triste e desolador. É preci-

so que as nossas autoridades olhem com mais carinho e deem maior amparo a aquelas crianças que estão ameaçadas de ter um futuro triste, em virtude desta verminose. Porque 81% das crianças de um estabelecimento de ensino da cidade de Londrina estão acometidas de verminose. E a Loteria Esportiva está aí, com a sua arrecadação, bem podendo ajudar a estas crianças, ajudar o nosso esporte amador, porque através do esporte nós estaremos contribuindo para uma transformação física cada vez melhor, da nossa mocidade. Era o apelo, Sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Tribuna só existe para que dela façam ecoar os reclamos, os anseios, as reivindicações, as alegrias, as tristezas e também as frustrações de uma coletividade, de um povo.

O Deputado só existe, nas circunstâncias atuais, para que possa dizer aquilo que o povo gostaria de dizer, mas não pode; nestas circunstâncias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mesmo desalentado por um regime que procura, cada dia que passa, calar as nossas palavras; sentir-me-ia ainda mais desestimulado se aqui não comparecesse para representar o pensamento de uma coletividade inteira. Sobretudo, porque, tive a feliz oportunidade de conviver nos dias que antecederam a 15 de novembro, com gente humilde, gente do trabalho, gente que esperava a sua emancipação política. Falo de Francisco Alves, o mais novo Município brasileiro. Falo de uma gente que hoje se encontra frustrada, porque o poder público desrespeitou uma população inteira, frustrando os seus anseios de dirigir seu próprio destino, escolhendo livre e democraticamente o seu dirigente máximo, o seu prefeito. Francisco Alves que viveu dias calorosos em uma campanha eleitoral acirrada, sente-se envolvido o Município pelo descalabro que toma conta de toda a sua gente, ao suspender as suas eleições, o poder público foi irresponsável, incompetente ou faccioso. Irresponsável, se convocou as eleições, sem uma análise mais profunda dos aspectos legais e constitucionais e faccioso, se suspendeu, temendo a evidente derrota do partido situacionista.

Em função desse desatino, em consequência do descalabro desta infeliz decisão, dessa providência injustificável, o Município se encontra numa nebulosa assustadora, em relação ao seu futuro a curto prazo. Porque, Sr. Presidente, Srs. Deputados, perante a lei ainda não existe o Município de Francisco Alves. Por isso não é possível nem mesmo a nomeação de um interventor, porque os Municípios somente se instalam com a posse do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, artigo 15, parágrafo 1.º, da Constituição. A autonomia do Município somente será assegurada pela eleição direta.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Apenas para maior clarificação conceitual do tempo; eu não concordo com V. Exa. de que o Município não existe. O Município existe; está criado; falta apenas ser instalado; há uma distinção conceitual; apenas para clarificar a idéia.

O SR. ALVARO DIAS — não existe Município instalado; existe só no papel; apenas criado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite outro aparte? (Assentimento) O Município já tem os direitos subjetivos; está criado, falta apenas ser instalado; há uma distinção mas é evidente que este reparo não invalida o ...

O SR. ALVARO DIAS — Não existe de fato; existe de direito.

O Sr. Luiz Roberto Soares — É o quanto basta. Mas é evidente que a observação não empalidece o brilhante discurso que V. Exa. está fazendo e me reserva o direito de ao final, tecer algumas considerações; manter diálogo com V. Exa. em torno desse ponto, se V. Exa. permitir.

O SR. ALVARO DIAS — Pois não, nobre Deputado. Como dizia no início, vivi com os Municípios. Porque, Francisco Alves, nos dias que antecederam o 15 de novembro, — participei efetivamente em comícios e no contacto pessoal, visitando bairros, visitando distritos, visitando zonas rurais; senti os anseios, as esperanças acalentadas e avalei os sacrifícios enormes, os prejuízos humanos materiais e morais; digo morais porque, lamentavelmente não faltaram, também, nesta campanha, como em muitas outras, aqueles que descem à lama à cata de votos, aqueles que preferem jogar ao chão as armas da verdade e que abraçam as armas da calúnia, da difamação, da injúria e da inverte.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não tenho conhecimentos de fundo sobre as considerações de ordem legal que levaram o Supremo Tribunal Eleitoral a impedir, à última hora, a realização das eleições no Município de Francisco Alves. Encontrava-me mesmo no interior do Estado, na Região que represento nesta Casa, quando fui colhido de surpresa pela notícia. Apenas desejaria que ficasse registrado nas anotações da Casa a surpresa e mesmo o inconformismo pela forma através da qual foi proferida decisão de última hora, quando o maior Tribunal de Justiça Eleitoral de nosso Estado tinha conhecimento que o Tribunal Regional Eleitoral teve determinada suspensão desde abril ou maio do corrente ano. De forma que o tecnicismo da apreciação da Suprema Corte Eleitoral do País joga por terra também tudo aquilo que deve ser atribuído de juízes, sobretudo quando o Supremo Tribunal Federal joga por terra aquilo que é atribuído importante, qual seja o bom senso, a serenidade das decisões. Acredito mesmo que fatores estranhos tenham contribuído de forma mais decisiva para que o Supremo Tribunal Eleitoral decidisse da forma como, pela qual decidiu. Quero, através do pronunciamento de V. Exa. fazer constar estas minhas palavras e torná-las de solidariedade aqueles que vivem em Francisco Alves, aqueles que lá nasceram sob interdição e a solidariedade a eles, de todas as correntes políticas, porque sei que uma coisa que o povo mais deseja, de qualquer Partido, é a escolha daqueles que os governam. Quero deixar aqui a minha solidariedade à gente de Francisco Alves e a minha maior estranheza face às circunstâncias em que decidiu o Supremo Tribunal Eleitoral.

O SR. ALVARO DIAS — Agradeço o aparte de V. Exa. e em relação à inconstitucionalidade, a verdade é que se há inconstitucionalidade existe, exista desde o instante da convocação dessas eleições, não apenas na noite de 14 de novembro. A verdade é que quando convocaram estas eleições, o Poder Público não imaginava sequer tivesse condições no MDB de lançar candidatos, muito menos imaginava tivesse o MDB condições de vencer aquelas eleições. Tanto é que aqueles que lá compareceram com imparcialidade, sentiram de perto a tendência do eleitorado de Francisco Alves e procurou o Poder Público, usando de todas as armas, convencer a população daquele Município. Máquinas, melhoramentos de urgência, consultas médicas gratuitas, remédios, como se o filho do trabalhador só ficasse doente durante a campanha política. Presentes diversos, lápis, cadernos, o Poder Público tentando, através desta forma de pressão, convencer o eleitorado, comprar consciências.

Mas livre e democraticamente, assistiu o povo daquele Município, muito mais que o poder da pressão, o poder da palavra. Do poder da palavra se valeu a oposição e estava convicta, como nós estávamos e todos que para lá foram analisar, pesquisar, porque todos sabiam que a vitória do Partido oposicionista era evidente e não deixava margem a dúvidas.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminentemente Deputado Alvaro Dias, na sessão de ontem, nesta Casa, já tivemos a oportunidade de abordar as eleições municipais que deveriam se realizar no último dia 15 de novembro em Francisco Alves. Cumprimento V. Exa., em nome da liderança do MDB nesta Casa, pela forma como coloca o assunto neste Plenário e, acima de tudo, pela verdade que V. Exa. diz, desta Tribuna, mostrando exatamente a forma pela qual se procurou convencer o eleitorado, no sentido de que pudesse o candidato do Partido do Governo alcançar vitória naquele pleito. Cumprimento V. Exa. pela forma como se comportou no episódio eleitoral, permanecendo vários dias em Francisco Alves, oferecendo a nosso companheiro, candidato do MDB, o atendimento, a cobertura e, acima de tudo, a sua presença sempre marcante em todos os episódios eleitorais que antecederam aquele que consideramos uma grande tragédia o cancelamento das eleições do último dia 15.

O SR. ALVARO DIAS — Obrigado, líder de nossa Bancada, que também acompanhou no interior do Paraná o desenrolar dos acontecimentos. Até mesmo se comentou a pretensão de substituir-se o Juiz eleitoral daquela Comarca. Infrutíferas todas as medidas, todas as providências, todas as atitudes, à última hora, num ato arbitrário, ilegal e repudiável em todos os sentidos, no dia 13 de novembro, diante da impossibilidade de uma resposta, fizeram chover dos céus, através de um avião, esses jornais, esses panfletos de imoralidades, de mentiras, esses panfletos sujos, imundos tentando com eles convencer um eleitorado consciente jogando lama sobre gente do trabalho, gente que construiu uma vida com honra, com dignidade, gente que não merecia ataques infundados como esses publicados neste mini-jornal esparramado à população de Francisco Alves e de Iporã. Gente que atacou gente de seu próprio Partido. Não deixaram de lado nem mesmo correligionários que usam, na vida pública, a mesma tabuleta das facções. Não deixaram de lado nem mesmo o atual Prefeito de Iporã; nem o ex-Prefeito de Iporã e filiados da ARENA. Esparramaram, valendo-se de um avião, de forma arbitrária, este folheto que, em última instância, pudesse, o eleitorado de Francisco Alves se corromper diante das providências.

O Sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Nobre Deputado, gostaria de informar a V. Exa. que já havia tomado conhecimento dessas infâmias, e respondendo aqui pelo Prefeito e ex-Prefeito de Iporã, já que eles não podem usar da palavra em sua defesa, eu o faço. E quero dizer a V. Exa. que estamos tomando as providências necessárias para saber: primeiro) de que aeroporto saiu esse avião; segundo) qual seu prefixo.

O SR. ALVARO DIAS — Já sabem de tudo isso.

O Sr. Paulo Poli — Nobre Deputado, como aeronauta que sou, tenho conhecimento, em causa própria, de que não é permitido jogar, de avião, boletins principalmente como esse citado por V. Exa. Apenas colaborando com o pronunciamento de V. Exa. quero dizer que estamos tomando providências e que os responsáveis por essas infâmias serão levados às barras dos Tribunais. — Era só.

O SR. ALVARO DIAS — Nobre Deputado Paulo Poli, posso informar a V. Exa. que, realmente, antes de lá sair, já havia o advogado encarregado do caso tomado as providências iniciais, sabendo-se, inclusive, qual o avião que transportou os folhetos e os distribuiu na Região. Sabendo-se inclusive, o prefixo desse avião e o nome de seu proprietário que transportou aqueles folhetos; que derramou documentos falsos.

Neste folheto, Srs. Deputados, lançaram toda a espécie de mentiras e difamações e de calúnias e, eu, neste instante, destituído de qualquer coloração partidária, solidarizo-me, desencantado, com aqueles da ARENA e do MDB, que foram atingidos por essas infâmias, nas vésperas de uma eleição.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Gostaria, ilustre Deputado Alvaro Dias, de aduzir às informações prestadas por V. Exa. dessa Tribuna, que já existe, na Comarca de Iporã, uma representação do Diretório Municipal do MDB de Francisco Alves, inclusive assinado por outras pessoas não pertencentes ao Diretório, mas que também foram atingidas por aqueles boletins imorais, sob todos os aspectos. O MDB irá acompanhar esse processo com o maior carinho a fim de que, conhecidos os responsáveis, sejam os mesmos devidamente punidos, na forma da legislação vigente para que atos dessa natureza não mais se repitam em campanhas eleitorais.

O SR. ALVARO DIAS — Lamentavelmente, são esses atos, são esses fatos que fazem com que muita gente preparada, qualificada, gente de bem deixa a vida pública para não se submeter a essa espécie de constrangimento, a esse tipo de situação, correndo ao risco de calúnias, de difamações, de infâmias, de inverdades repugnantes.

Em tudo isso só posso chegar a uma conclusão: se se justificou a medida com uma lei de 1967, não existiu fato novo legalmente. Se a eleição era inconstitucional por que convocá-la? Diante dessa circunstância só se pode chegar a uma conclusão: As eleições foram suspensas em Francisco Alves porque a derrota do partido oficialista repercutiria negativamente em todo o País, já que a eleição se constitua num acontecimento nacional uma vez que a imprensa do País a ela dava destaque. A imagem de um Governo transitório poderia ser abalada, o prestígio de um Governo poderia ser abalado por uma única eleição. Por essa razão, depois de frustradas todas as tentativas, depois de infrutíferas todas as providências só haveria uma solução, evitar que a eleição se realizasse, evitar que o fato se consumasse.

Neste aspecto até louvo o brilhantismo de alguns companheiros da Arena desta Casa que, através da imprensa, procuram desfugar a imagem criada por essa situação fazendo, até mesmo, com que a população possa entender que a Arena queria, de fato, a realização daquela eleição, que a Arena está chorando a não realização da mesma, e, como alguns pretendem insinuar, a culpa da suspensão dessa eleição cabe ao Movimento Democrático Brasileiro. Não os condeno. Não condeno o líder da Arena, Deputado Luiz Roberto Soares, o Presidente desta Casa, ausente na tarde de hoje, Deputado João Mansur que, em declarações à imprensa, procuram tentar convencer a opinião pública que a vitória seria do partido oficialista. Somente não convoco o testemunho de companheiros da Arena aqui presentes, que não tinham interesse direto na eleição, que lá fizeram pesquisas, para não ser descortês e indelicado, porque, para não faltarem com a verdade, teriam que afirmar que, em razão de suas pesquisas e de suas consultas, chegaram à conclusão de que a vitória seria do Partido da Oposição e de forma bastante vantajosa.

Por esta razão, neste instante, faço com que os Anais desta Casa registrem este testemunho, testemunho de verdade, de sinceridade, de procurar ser sincero em todos os instantes, jámais fui tão sincero e honesto como neste

instante porque nunca há de ser tão fácil ser sincero, como desta oportunidade. Não há necessidade de falsear nenhuma palavra, não há necessidade de desfigurar nenhum acontecimento. Basta que se relate pura e simplesmente o que houve, para que se chegue a uma conclusão.

Esta eleição somente foi suspensa, porque a vitória oposicionista teria uma repercussão nacional, e não tenham dúvidas os Senhores, não haveria suspensão, não se taxaria de inconstitucional esta eleição, se lá não existisse o Partido oposicionista. Houvesse candidato único, e o povo teria votação, teria votação sem opção de escolha — mas a eleição teria se realizado. Esta é a verdade pura e cristalina.

Nós lamentamos profundamente se inconstitucionalidade existe, mas inconstitucional é a eleição para a Presidência da República, porque a Lei que instituiu o Colégio Eleitoral é uma Lei inconstitucional, que não admite sequer as presenças das minorias integrando este Colégio Eleitoral. Maior inconstitucionalidade que esta, não existe.

Porisso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, encerrando aqui, de nossa parte, o episódio...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Alvaro Dias são tantos os pontos para serem contestados no pronunciamento de V. Exa., que eu realmente tenho dificuldades em resumir; mas de qualquer maneira, me louvando na capacidade e na compreensão de V. Exa., vou tentar fazer aflorar alguns deles:

Em primeiro lugar, quero registrar o tom altamente emotivo do vosso pronunciamento, que sacrificou um pouco o bom senso, porque, atribuir à ARENA a suspensão das eleições de Francisco Alves, é uma afirmativa pelo menos temerária; primeiro, porque V. Exa. não desconhece que incide sobre o problema, um questionamento jurídico de alguma relevância. Porque sabe V. Exa. que efetivamente a Lei Complementar n.º 1, cuja vigência não se pode negar, é muito clara quando sentença que a instalação dos Municípios se dará através de eleições de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, simultaneamente com as eleições dos demais Prefeitos. Ora, se ela se indis põe, é evidente que a eleição de Francisco Alves, sendo jurisdição duvidosa...

O SR. ALVARO DIAS — E por que foi convocada, nobre Deputado?

O Sr. Luiz Roberto Soares — Porque o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná tem um entendimento um pouco diverso. Há um dispositivo da Constituição que confere à Justiça Eleitoral a marcação da eleição. Há dois dispositivos conflitantes e o Tribunal Regional Eleitoral optou por um deles e marcou as eleições, atendendo a ofício do Governador do Estado, o então Deputado João Mansur. É evidente, V. Exa. há de concordar comigo, de que se realmente tivesse a inspiração da ARENA o adiamento das eleições, é evidente que ela não seria evitada exatamente na última meia hora que antecedeu o primeiro dia útil anterior às eleições municipais.

O SR. ALVARO DIAS — Não havia possibilidade de recurso, tinha que ser à última hora.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Não. Porque se realmente o quadro apresentado por V. Exa. fosse verdadeiro, a eleição seria anulada muito antes e não na 10ª hora, como foi.

Em segundo lugar, eu devo repudiar a afirmativa de V. Exa. que, em última instância atribui a mim e ao Deputado João Mansur, má fé quando declaramos que acreditávamos na vitória da ARENA. Não houve, e V. Exa., data vênha acolha como verdadeira a minha afirmativa.

O SR. ALVARO DIAS — A minha afirmativa não foi de que houve má fé.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. deu a entender que a minha declaração, juntamente com a do Deputado João Mansur, foram cinicas, porque nós não acreditávamos na eleição da ARENA; longe disso, nobre Deputado, nunca estivemos tão convencidos da vitória da ARENA, como nos últimos dias que antecederam as eleições.

O SR. ALVARO DIAS — Com toda a minha sinceridade, eu sou forçado a dizer que realmente eu chegava a rir, ouvindo essas declarações.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas, nobre Deputado, lamentavelmente não posso, não poderia conter o riso de V. Exa., mas o problema não é risibilidade, o problema é muito mais sério.

Agora, ou V. Exa. acredita, ou não acredita nas nossas declarações, mas nós estaríamos convencidos de que a ARENA ganharia as eleições. E tanto estamos convencidos que nos dispomos a juntamente com o MDB, fazermos um movimento no sentido de que se crie uma legislação de emergência permitindo as eleições. Não há de nossa parte nenhum medo, nenhum pânico em eleições. Estamos dispostos a, junto com o MDB, encetarmos um movimento de vigor para que se realizem as eleições.

O SR. ALVARO DIAS — Se realmente, o Governo do Estado através do Partido que o representa, deseja de fato as eleições, então ele que crie condições, porque nós do MDB, não é bem o MDB é o povo de Francisco Alves que deseja este acontecimento.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Ninguém melhor que eu, e V. Exa. sabe disso nobre Deputado Alvaro Dias, e ontem mesmo eu disse em aparte ao Deputado Maurício Fruct, de que as lideranças locais da ARENA, de Francisco Alves, prefeririam perder as eleições ao MDB do que continuar vinculadas a um Município do qual foi desmembrado. E V. Exa. que lá esteve, constataria com a maior facilidade. De maneira que não há nenhum cinismo, nenhuma má fé no comportamento da ARENA de Francisco Alves e muito menos minha e do Deputado João Mansur. Mas não é apenas com relação a este ponto que eu gostaria de fazer algumas observações ao pronunciamento de V. Exa. Quando V. Exa. se refere ao panfleto, solidarizo-me a V. Exa. porque também não considero eticamente permissível um comportamento desta natureza. Mas não desconhece V. Exa. que os comícios patrocinados pelo MDB também foram extensivamente agressivos. Tenho a gravação do pronunciamento do Prefeito de Maringá em linguagem destemperada juntamente com outros que lá compareceram, agrediram verbalmente vários companheiros da ARENA em linguagem agressiva, em linguagem muitas vezes abaixo do permissível. E mais do que isto, quase sempre caluniosa. V. Exa. que lá esteve, não estou dizendo que tenha sido V. Exa. o autor daquele pronunciamento, mas houve quem, nos comícios do MDB, usasse de uma licenciosidade de linguagem inadmissível numa democracia que se considera mais ou menos idônea.

O SR. ALVARO DIAS — Para não perder a oportunidade, se houve realmente ataques por parte do MDB, estes ataques foram realizados através dos comícios permitidos pela Justiça Eleitoral, com possibilidade para que os atacados pudessem se defender através dos mesmos comícios.

Este panfleto sujo foi lançado...

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. pode ser breve, eu já disse que não concordo com o panfleto como também não concordo com a linguagem destemperada de alguns integrantes do MDB.

O SR. ALVARO DIAS — ... arbitrariamente após o prazo permitido para a propaganda política.

O Sr. Luiz Roberto Soares — O que eu não posso aceitar, nobre Deputado,

é que se estabeleça um maniqueísmo, de um lado os mocinhos do MDB, de outro lado os bandidos da ARENA. Não admito, e V. Exa. vai me desculpar, não aceito, não é verdadeira a imagem. E com relação ao Juiz de Direito, responsável pelo pleito que seria realizado em 15 de novembro, confesso a V. Exa. que não há nenhuma gravidade que se buscasse um supervisor da Justiça Eleitoral, para presidir também, ou pelo menos observar também a lisura do pleito. Ou V. Exa. acredita que a Justiça Eleitoral no Paraná seja facciosa?

O SR. ALVARO DIAS — Eu não acredito. Não afirmo nada em relação a isso. Entendo que quem acredita na facciosidade da Justiça Eleitoral é quem estava duvidando da conduta do Juiz Eleitoral da comarca de Iporã.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Desconheço que alguém duvidasse da lisura da imparcialidade.

O SR. ALVARO DIAS — V. Exa. não é obrigado a conhecer tudo. Se desconhece é natural, é normal.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Exatamente, só quero afirmar a V. Exa. que a presença de um observador designado pelo Tribunal não é de estranhar. Acho normal, como não indica nenhum tipo de pressão que V. Exa. quis insinuar.

O SR. ALVARO DIAS — O que me leva a essa afirmativa não foi propriamente a indicação de um observador. Foram outros fatos, outros episódios, outros acontecimentos, outras acusações.

mações, de maneira que eu lamentavelmente não tenho condições de adusir nada. Apenas quero deixar patente que o fato de ter sido designado pelo Tribunal, um observador, não é fato que possa causar nenhuma estranheza; é até louvável na medida em que era um pleito disputado, renhido. De maneira que é louvável que o Tribunal Eleitoral tivesse designado um Juiz para que o observasse.

O SR. ALVARO DIAS — De forma alguma estou condenando o Tribunal por esta medida.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Vejo que V. Exa. no pronunciamento que fez há pouco, deixava transparecer que causava estranheza.

O SR. ALVARO DIAS — Apenas afirmo que houvesse quem desejasse a substituição do Juiz Eleitoral da Comarca.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas isto é problema de ordem subjetiva. Eu desconheço mas se alguém desconfia deve ter lá suas razões. Mas não me compete analisar.

Quero deixar claro a V. Exa. que em primeiro lugar havia a tranquilidade pré-eleitoral, ao contrário do que os líderes do MDB diziam no Congresso Nacional. E V. Exa. esteve lá e pôde constatar se houve algum momento de que realmente houvesse necessidade de tropas federais, ou de alguma força superior, capaz de atenuar os ânimos de Francisco Alves. Pelo menos eu que estive lá talvez mais tempo do que V. Exa. nunca presenciei um ato que pudesse justificar tropas federais ou qualquer tipo de outro policiamento; ao contrário do que afirmaram os líderes do MDB no Congresso Nacional.

O SR. ALVARO DIAS — Se me permite, eu não sei o teor dos pronunciamentos dos líderes do MDB no Congresso Nacional. Mas também não posso desconhecer a necessidade de policiamento. Se não houvesse policiamento dia 12 em Francisco Alves, o MDB não teria condições de realizar o comércio que realizou e apesar do policiamento ainda aconteceram episódios...

O Sr. Luiz Roberto Soares — É difícil argumentar porque V. Exa. percebe o seguinte. Se não há policiamento, o MDB alega que não há garantias para a realização do comício eleitoral; e se há policiamento alega-se que há pressão. É difícil, V. Exa. perceber, foi o que disseram os líderes do MDB no Congresso Nacional.

O SR. ALVARO DIAS — Volto a afirmar que não sei o teor desses pronunciamentos. Pelo contrário, não estou alegando pressão pela presença policial em Francisco Alves. A presença da Polícia foi importante e todos são unânimes em agradecer, senão não haveria possibilidade da realização do comício. Isso, apesar de alguns fatos.

O Sr. Luiz Roberto Soares — No entanto, o MDB de Francisco Alves foi a Bitorá reclamar ao Juiz de Direito que o delegado estava desarmando pessoas de Francisco Alves.

O SR. ALVARO DIAS — Acho muito estranho isto; é a função dele. Foram forças que foram para propiciar a ordem no Município de Francisco Alves.

O Sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Desculpe, eminente Deputado Luiz Roberto Soares, interromper o diálogo que V. Exa. vem mantendo com o eminente Deputado Alvaro Dias para, simplesmente, a título de informação, afirmar que, desta Tribuna, inclusive, tornamos pública a nossa estranheza pela forma com que vinham se comportando os integrantes da Polícia de Francisco Alves que, alguns dias antes das eleições e antes que Francisco Alves ter recebido reforços de polícia de Cruzeiro do Oeste, apenas a ação altamente fiscalizadora do Delegado de Francisco Alves, no que diz respeito à revista de armas e recolhimento de armas se faziam onde o MDB estava em número altamente superior à Arena, inclusive esta vistoria de armas era feita exclusivamente, talvez V. Exa. não possua condições para comprovar mas, de fato, eram desararmados somente pessoas que demonstravam de público o seu empenho na vitória dos candidatos do MDB. Houve fatos que denunciavam desta Tribuna, houve reforço de Cruzeiro do Oeste e então, a Polícia designada para oferecer segurança aos habitantes de Francisco Alves deu conta do recado e o MDB não mais se pronunciou nesta Casa ou na Câmara Federal.

O SR. ALVARO DIAS — Somente houve tranquilidade, depois do reforço policial de elementos vindos de fora que, segundo consta, os elementos locais encarregados de manter a ordem em Francisco Alves apenas estavam lá para fazer política. Isto é o que houve, o que eu senti e houve também, neste instante, para não ser deselegante, não vou citar o nome da autoridade que fez esta afirmativa, o elemento responsável pelo policiamento em Francisco Alves estava lá apenas fazendo política. Depois do reforço externo, houve realmente a tranquilidade e todos alegavam o comportamento de policiais que proporcionaram ao MDB a possibilidade de realizar o seu comício de encerramento, pois prometeram que isto não seria feito em Francisco Alves. Aconteceram algumas tentativas, uma mulher foi apedrejada, depois, sentindo a possibilidade de um tumulto maior, a polícia agiu com maior rigor para que aquele comício pudesse ser realizado da forma como se realizou.

O Sr. Luiz Roberto Soares — O dia em que a Arena promoveu seu comício foi ostentado no palanque uma pessoa das hostes arenistas de Francisco Alves que foi igualmente apedrejado por alguns exaltados eleitores. Agora, V. Exa. vem estender, generalizar um fato desta natureza. Há uma diferença muito grande.

O SR. ALVARO DIAS — É uma conclusão que V. Exa. chegou. Eu não cheguei a afirmar isto.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. disse que havia insegurança para o MDB.

O SR. ALVARO DIAS — Anteriormente ao reforço solicitado.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Também havia para a Arena. Não é privilégio nem do MDB nem da Arena. A afirmativa do Deputado Maurício Fruct é de que pelo menos assim entendi, é de que havia insegurança para o MDB.

Acredito que o Sr. Deputado Maurício Fruct já tenha maturidade suficiente para distinguir a lenda da história. Não há, evidente, nenhuma identificação do portador da arma que diga ser do MDB ou da ARENA. O desarmamento foi geral e não se pedia filiação partidária para armar ninguém. Quero deixar claro que, apesar de ser uma eleição exaltada, radicalizada, o clima era de tranquilidade e o MDB teve todas as garantias como também a ARENA para exercer sua campanha eleitoral. Renovo aqui o que disse anteriormente de que a ARENA não teme as eleições e se propõe, com o MDB, a fazer um movimento para que se crie uma legislação especial para que elas possam ocorrer e deixo claro mais uma vez que V. Exa. deve ter constatado que a ARENA de Francisco Alves tem a aspiração máxima da emancipação de Francisco Alves como Município. Preferiria mil vezes perder ao MDB do que ver adiada a oportunidade de sua emancipação definitiva do Município do qual foi desmembrado.

O SR. ALVARO DIAS — Acredito mesmo e não tenho dúvidas de que a ARENA de Francisco Alves desejasse ardentemente a realização da eleição. Nenhum candidato se convence da derrota. Mas o que quero afirmar é que não foi a ARENA de Francisco Alves que fez com que essas eleições fossem suspensas. Foram forças maiores, foram outros setores da vida pública. Em relação à legislação de emergência a que V. Exa. se refere, sou sincero em afirmar que não acredito nessa legislação de emergência, mesmo porque legislação de emergência, neste País, foi feita para impedir eleições e não para realizá-las. Desta forma, Deputado Luiz Roberto Soares, não acredito que possam acontecer providências neste sentido.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Nobre Deputado, V. Exa. parece esquecer que realmente há um problema de ordem jurídica de alguma gravidade. Dizer que é responsabilidade da ARENA estadual ou municipal o adiamento das eleições, é uma afirmativa temerária porque se assim fosse é evidente que o Senador Ney Braga, um dos líderes nacionais da ARENA, não se disporia a ir a Francisco Alves fazer comício eleitoral.

O SR. ALVARO DIAS — Eu disse que usaram de todas as armas.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas V. Exa. considera uma arma, não usual e válida a presença do Senador Ney Braga no comício?

O SR. ALVARO DIAS — O MDB também fez uso desta arma, que é aceitável, legítima, elogiável.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Perfeito.

O SR. ALVARO DIAS — Mas usaram de armas legais e ilegais.

O Sr. Luiz Roberto Soares — As ilegais desconheço e pediria que enumerasse.

O SR. ALVARO DIAS — Enumerei várias.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Qual a responsabilidade da ARENA?

O SR. ALVARO DIAS — A responsabilidade está subentendida. Aqui não traz assinatura de Diretório da ARENA e nem poderia trazer e também não responsabilizo V. Exa. ou quem quer que seja.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Vi esses panfletos e percebi que é indistinto em atacar o MDB e a ARENA.

O SR. ALVARO DIAS — Mesmo porque o MDB, para honra nossa, teve o apoio de várias alas da ARENA neste sentido.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Confirmando isto.

O SR. ALVARO DIAS — Por essa razão esses arenistas foram atacados ainda com mais violência, com mais virulência por esses panfletos, porque os seus autores não concordavam, em hipótese alguma, que pudessem elementos da ARENA estar apoiando candidatos do MDB.

Foi um episódio local, um acontecimento daquele Município. Aqueles arenistas que deram seu apoio ao MDB tinham as suas razões e não mereciam, de forma alguma, aquela atitude, um procedimento indigno, por um procedimento dessa natureza.

O Sr. Luiz Roberto Soares — V. Exa. não considera indigna as acusações que alguns membros do MDB fizeram a algumas pessoas da ARENA, em campanha política, em comícios?

O SR. ALVARO DIAS — Mas essas pessoas tiveram oportunidade de uma resposta. Porque essas acusações foram feitas durante o período eleitoral, quando são permitidos os comícios.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas, não estão sendo impedidos de defesa, agora.

O SR. ALVARO DIAS — Depois de um fato consumado de nada adianta o desmentido, a resposta a tal afirmativa. Se houvesse eleições, hoje teria sido tarde demais esse protesto.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Mas, confesso a V. Exa. que, de tudo o que V. Exa. disse sobre o episódio de Francisco Alves, V. Exa. só apresentou, de grave, a existência desse boletim.

O SR. ALVARO DIAS — V. Exa. considerou somente essa parte a séria do meu pronunciamento?

O Sr. Luiz Roberto Soares — De concreto só.

O SR. ALVARO DIAS — Assim pensa V. Exa. Fiz sérias afirmações e as notas taquigráficas estão aí registradas. Inclusive, cheguei a uma conclusão em relação a suspensão dessas eleições. Conclusão a que tenho o direito de chegar, justifiquei-a. E reconheço o direito de V. Exa. de contestá-la se com ela não concordar.

Nobre Deputado Luiz Roberto Soares, estava encerrando este meu pronunciamento, e neste instante, quero, realmente, encerrá-lo, deixando patente o meu desalento, a minha frustração em relação à forma como se conduz, muitas vezes, a coisa pública, em nosso País. Desnecessário seria submeter a gente daquele Município a toda ordem de sacrifício, gente da ARENA e gente do MDB porque a legislação a respeito é de 1967. Portanto, a eleição não poderia sequer ser convocada. O Brasil inteiro sabia dessa eleição, o Superior Tribunal Eleitoral não poderia desconhecer-la.

E por isso que não entendo, não concordo com a medida tomada à última hora, nas vésperas da eleição.

O Sr. Luiz Roberto Soares — Quero deixar registrado e patente que concordo com V. Exa. Também manifestei meu inconformismo, porque ninguém é masoquista para se desgastar, durante dois ou três meses, para, no último dia não haver eleições.

Mas, dentro da processualística, a decisão do Superior Tribunal Eleitoral me parece oportuna, apenas acho que o Tribunal deveria suspendê-la antes, porque tinha fundamentos legais para essa suspensão.

O SR. ALVARO DIAS — Só gostaria de ouvir uma explicação: Por que a protelação dessa decisão tão importante? Por que somente na noite do dia 14, essa decisão foi tomada?

O Sr. Luiz Roberto Soares — A informação que tenho é que o Procurador Geral da República, que é também Procurador da Justiça Eleitoral, tenha tomado essa decisão apenas um dia antes, porque desconhecia o fato de que haveriam eleições naquele Município.

O SR. ALVARO DIAS — Como são mal informados, o Brasil inteiro sabia da eleição.

O Sr. Luiz Roberto Soares — É difícil caracterizar a veracidade da informação. Também era de opinião que a eleição deveria ser suspensa, mas não na undécima hora.

O SR. ALVARO DIAS — A eleição não deveria ser convocada e nunca suspensa.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Sem pretender entrar na polêmica porque, confesso a V. Exa., o problema de Francisco Alves não é meu forte, uma vez que acompanhei de longe os lances da pugna eleitoral que iria se travar, mas afirmo a V. Exa. que, em momento algum, o Diretório da Aliança Renovadora Nacional de Francisco Alves, de Iporã ou do Estado do Paraná acionou qualquer dispositivo pretendendo a suspensão da eleição programada para o dia 15 de novembro.

Não se pretenda, por favor, culpar a Arena por ter o Procurador Geral da República representado contra a realização da eleição programada para o dia 15.

Até lance um repto a V. Exa. que procure tomar conhecimento da realidade. Se o Governador do Estado ou qualquer pessoa ligada ao Governo ou a Arena provocou a representação do Sr. Procurador Geral da República, darei a mão à palmatória e me confessarei aqui a V. Exa. participando, assim, do acontecimento.

Por favor não se faça julgamento precipitado que pode comprometer muita gente, muito Deputado e o próprio Presidente da Casa que participou da eleição que pretendia fosse realizada.

O SR. ALVARO DIAS — Neste instante V. Exa. pode fazer toda a espécie de desafio porque jamais aparecerá alguém que diga "eu forcei, eu disse", ao Procurador Geral da República que apresentasse essa representação. É claro que nunca este modesto Deputado teria condições de chegar até o elemento que fizesse esta afirmativa. Foram forças ocultas.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. insinua, não afirma.

O SR. ALVARO DIAS — Quero, neste momento, deixar patente, nesta Casa, a minha solidariedade a um povo frustrado, a um povo desalentado, a um povo que foi resrespeitado, a minha solidariedade, sobretudo, porque senti de perto os sacrifícios, as proporções das esperanças que acalentavam. Tenho condições de dizer nesta Casa que, realmente, Francisco Alves, Município Caçula do Paraná, do Brasil se encontra hoje envolvido pela tristeza de uma gente que queria ser independente e continua subjugada, de uma gente que queria escolher livre e democraticamente e que hoje não sabe qual o destino do seu Município, de sua cidade nos próximos dias, no futuro próximo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, minhas excusas aos companheiros com que debati democraticamente se em algum instante, involuntariamente, falsei a realidade dos fatos e os ofendi. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

C SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 154-73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que autoriza o Poder Executivo abrir crédito especial no valor de Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros), à Diocese de Cornélio Procopio. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 174-73 de autoria do Dep. João Mansur, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública a Associação das Senhoras Rotarianas de Foz do Iguaçu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 178-73, de autoria do Dep. Emílio Carazzai, que declara de Utilidade Pública, o Movimento Pró-Creche Nossa Senhora do Rocio de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 51-73, de autoria do Dep. Muggiati Filho, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Munhoz de Mello, o prédio de madeira onde funciona o Grupo Escolar Engenheiro José Faria Saldanha. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 247-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 85-73, encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva instituir a Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 250-73, de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 88-73, encaminhando anteprojeto de Lei, solicitando autorização para permutar mediante prévia avaliação, área de terreno da Gleba Maringá, de propriedade do Estado do Paraná, pelos lotes n.ºs. 1 a 10, do Jardim Clementino, no Município de Marialva, de propriedade da Firma Indústrias de Óleos Nata S/A. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 51-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição n.º 88-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através a Secretaria de Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando fornecimento de

equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e de verbas orçamentárias do respectivo Município. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.P. — **Aprovado.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51-73

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios de Segurança Pública, e o Município da Lapa, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 1.º de maio de 1973.

(aa) Antônio Costa — Presidente
Sebastião Rodrigues Júnior — Relator
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE POLÍCIA
PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 51-73
PARECER

Os termos do Projeto de Resolução, ora em exame por esta Comissão, é aprovar o Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, e o Município da Lapa, objetivando estabelecer normas de mútua colaboração tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município conforme estabelece cópia autêntica encaminhada para referendo legislativo, através da Mensagem Governamental n.º 19-73, de 15 de março de 1973.

Referido Projeto de Resolução foi elaborado pela Douta Comissão de Constituição e Justiça, que opinou pela sua aprovação.

Posteriormente ouvida a Douta Comissão de Finanças, o seu Relator, em brilhante parecer, opinou pelo acolhimento da matéria.

No âmbito que a esta Comissão compete opinar, não vemos qualquer obstáculo que se lhe possa antepor.

Face às considerações acima expendidas, opino pela **APROVAÇÃO** do Projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18 de setembro de 1973

(aa) (Ass. ilegível) — Presidente
Antônio Franco F. da Costa — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER A PROPOSIÇÃO N.º 88-73

A presente Proposição, oriunda de Mensagem do Governo do Estado, pretende a aprovação desta Casa, para o Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

A Proposição atende o dispositivo constitucional pertinente à matéria, por isso somos pela sua aprovação nos termos do Projeto de Resolução, anexo.

É o Parecer,

S. M. J.

Sala das Comissões, em 27 de junho de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente
Dep. Sebastião Rodrigues —
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)
(Ass. ilegível)

PARECER

COMISSÃO DE FINANÇAS

1. Tratam os Autos de Projetos de Resolução n.º 51-73 ex-Proposição n.º 88-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, com o Município da Lapa, objetivando fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante dotações do FUNRESPOL e verbas orçamentárias do próprio Município, conforme cópia autêntica encaminhada para referendo legislativo através da Mensagem Governamental n.º 19-73, de 15 de março de 1973.

2. Respalçado pelo permissivo constitucional que defere ao Poder Executivo a iniciativa de firmar acordos e celebrar convênios e sendo evidente o interesse comunitário do setor da segurança pública, como se depreende do próprio texto do convênio firmado, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, não vê como deixar de dar sua aprovação ao Projeto de Resolução em testilha, lamentando, apenas, que ao Poder Legislativo seja dado ciência da matéria após decorridos 8 (oito) meses da data da celebração do convênio, quando, presume-se, o mesmo já deve ter sido extinto por cumprimento de seus objetivos. Entendemos que esta Assembleia Legislativa deve aprovar ou rejeitar os convênios, antes de sua entrada em vigor sem o que tornar-se-á inócuo seu pronunciamento.

Pela aprovação, é o Parecer, s. m. j.

Sala das Comissões, 07 de agosto de 1973.

(Ass. ilegível) — Presidente
Deputado João C. Fadel — Relator

MENSAGEM N.º 19-73:

Curitiba, 15 de março de 1973

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública com o Município da Lapa, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação tendentes ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações DO FUNRESPOL e de verbas do orçamento do referido Município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa Augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(2) João Mansur

Presidente da Assembleia Legislativa no exercício do cargo de Governador do Estado

PREFEITURA MUNICIPAL DA LAPA

Termo de Convênio que entre si fazem a Polícia Civil do Paraná, através da Secretaria de Segurança Pública, e a Prefeitura Municipal da Lapa, Estado do Paraná, com a finalidade de traçar normas de mútua cooperação ao fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local e a manutenção e conservação dos mesmos.

Aos trinta dias do mês de janeiro do ano de mil novecentos e setenta e três, no Gabinete do Secretário de Segurança, presentes o Senhor Gal. Mário Carneiro Portes, Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, e o Senhor Dr. Sérgio Augusto Leoni, Prefeito Municipal da Lapa, Estado do Paraná, tendo em vista o que preceitua o Artigo 117 da Constituição Estadual e artigo 51 (itens VIII e IX) da Lei Orgânica dos Municípios (64 de 21.02.48) e tendo em vista a autorização governamental datada de 21.07.72, resolveram, mediante cláusulas do presente termo de convênio estipular o que adiante se segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA — Objetivo do Convênio

— Fixar as recíprocas obrigações que permitam melhor atendimento à população local, através de recursos materiais à Delegacia de Polícia e decorrentes providências de manutenção, preservação e utilização desses recursos.

— Estabelecer normas de mútua cooperação que visem a harmonia e a integração Estado-Município no campo da manutenção da ordem, com útil aproveitamento de dotações do FUNRESPOL (Investimento Capital) e de verbas de custeio do Orçamento Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA — Definições e Legislações

— A Polícia (judiciária) Civil (Constituição Estadual — Artigo 56), nos termos do Artigo 4.º, do Código de Processo Penal e Decreto Estadual n.º 9949, de 13 de novembro de 1962 tem os encargos, entre outros, de apuração das infrações penais e contravencionais, a manutenção da ordem e a preservação da tranquilidade pública, através da Delegacia de Polícia local e seus órgãos competentes.

CLÁUSULA TERCEIRA — Da Execução do Convênio

— A Secretaria de Segurança Pública, na esfera da administração policial civil, restrita à área geográfica municipal se compromete a prover:

a) — a Delegacia de Polícia local, dos recursos materiais, consubstanciados em equipamentos indispensáveis à ação contínua policial, em quantidade e qualidade determinada pela Direção da Polícia Civil, através de prévio planejamento de aplicação;

b) — os recursos aludidos compreenderão veículos policiais, equipamentos de telecomunicações, móveis e utensílios científicos ou não, destinados aos setores especializados dos Institutos de Identificação, Polícia Técnica e Médico Legal;

c) — a não empregar os veículos que hajam sido objetos deste convênio fora dos limites territoriais do município ou, quando recolhidos por razões administrativas, repor de imediato, análogo equipamento.

— A Prefeitura Municipal da Lapa, Estado do Paraná, em contra partida, proporcionará aos equipamentos adquiridos e fornecidos na vigência deste convênio e compreendidos na descrição genérica do item "b" do artigo anterior:

a) — diretamente através de dotações orçamentárias próprias, consignadas anualmente na proposta encaminhada à Câmara Municipal, ou de seus órgãos; ou

b) — indiretamente, mediante contrato com empresas privadas especializadas;

I — o fornecimento de combustível e óleos lubrificantes aos veículos policiais atribuídos à Delegacia de Polícia ou órgãos competentes locais;

II — pneus e complementos; revisões periódicas quando cessada a garantia dos produtores;

III — conservação e reposição de peças; consertos em geral; retífica ou substituição de motores;

IV — manutenção de aparelhos de radiocomunicação, curta e longa distância, fixos, móveis ou portáteis, fornecimento de implementos ou acessórios indispensáveis à atividade dos mesmos;

V — utensílios ou acessórios complementares ao equipamento principal, nestes incluídas substâncias químicas, filmes, papéis apropriados, material de limpeza e conservação;

VI — conserto e preservação do material mobiliário e das instalações, internas e externas, dos órgãos, locados ou não, da Delegacia de Polícia local.

CLÁUSULA QUARTA — Da Contribuição e Delegação

— As contribuições da Municipalidade, para efetivação deste convênio processar-se-ão, na forma da legislação fiscal e fazendária e, para execução e controle específicos, haverá delegação à Chefia de setor da estrutura orgânica municipal, conjuntamente com o Delegado de Polícia local, responsável pela execução das normas na esfera da Secretaria de Segurança Pública (Polícia Civil).

CLÁUSULA QUINTA — Prazo e Denúncia

— O presente convênio vigorará por tempo indeterminado, cessando, para todos os efeitos, seis meses depois que uma das partes o houver denunciado à outra, através de ato epistolar de uma das autoridades signatárias.

CLÁUSULA SEXTA — Vigência

— Este Convênio entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA — Celeridade do Apoio

— Compromete-se a Municipalidade, pela autoridade signatária ou seu executor, dar pronto e imediato atendimento às necessidades, enquadradas nas

cláusulas deste Convênio, de forma a não prejudicar os trabalhos policiais e ocasionamento do prejuízo à coletividade do Município ou à Justiça Pública.

E, por estarem de pleno acordo com as cláusulas estipuladas, as partes constantes firmam o presente convênio para que produza os seus efeitos legais.

Lapa, 30 de janeiro de 1973

aa) **Mário Carneiro Portes** — Secretário de Segurança Pública
Sérgio Augusto Leoni — Prefeito Municipal
(Ass. ilegível) — Testemunha
(Ass. ilegível) — Testemunha

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 176-73, de autoria do Dep. Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes n.ºs. 01 a 06, da Quadra 176 e o lote n.º 04 da Quadra n.º 181, localizados na sede do referido Município e pertencentes à Polícia Militar do Estado. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.F. e C.T.I.C. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 176-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Francisco Beltrão, os lotes de n.ºs. 01 a 06, da quadra n.º 176, e lote n.º 04 da quadra n.º 181, localizados na sede do mesmo município e pertencentes à Polícia Militar do Estado.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em de 1973.
(a) **Sebastião Rodrigues**

JUSTIFICATIVA: Os lotes que com o presente plano de Lei queremos doar ao município de Francisco Beltrão lhe pertenciam anteriormente.

Ocorre que em 1971, a Prefeitura de Francisco Beltrão, através da lei municipal n.º 381-71, fez doação dos referidos lotes à Polícia Militar do Estado, para que neles fosse construído um quartel e outras dependências para alojar o destacamento policial local. A Polícia Militar até agora não tomou nenhuma iniciativa nesse sentido, o que prova o seu desinteresse pela obra.

Assim sendo, nada mais justo que se devolvam ao município os lotes em questão, pois deste modo a Prefeitura poderá dar-lhes outra destinação.
Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão
Estado do Paraná

LEI N.º 381-71
09.12.1971

Autoriza o Executivo a proceder a doação a título gratuito, dos lotes urbanos n.ºs. de 1 a 6 da quadra n.º 176 e lote n.º 4 da quadra n.º 181, à Polícia Militar do Estado do Paraná.

Deni Lineu Schwartz, Prefeito Municipal de Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

Faço saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a doação a título gratuito dos lotes n.ºs. 1 a 6 da quadra n.º 176 e lote n.º 4 da quadra n.º 181, da cidade de Francisco Beltrão, à Polícia Militar do Estado do Paraná, para a construção de um quartel da Polícia e outras dependências a um destacamento da mesma Força Pública.

Art. 2.º — Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Francisco Beltrão em 09 de dezembro de 1971.

a) Eng. **Deni Lineu Schwartz** — Prefeito Municipal

PROJETO DE LEI N.º 176-73

AUTOR: Dep. SEBASTIÃO RODRIGUES

P A R E C E R

O desiderato do Projeto de Lei em tela, de autoria do nobre Deputado Sebastião Rodrigues, é autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes de n.ºs. 01 a 06, da quadra n.º 176, e lote n.º 04 da quadra 181, localizados na sede do mesmo município e pertencentes à Polícia Militar do Estado.

Quanto ao aspecto formal, constitucional e legal a proposição é escoreta, tratando-se de autorização ao Poder Executivo cuja iniciativa é da sua competência.

Quanto à sua oportunidade, nada há a contestar.
Assim sendo, opino pela APROVAÇÃO do Projeto.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 29-8-73

(aa) **Antônio Costa** — Presidente
Nelson Buffara — Relator
(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 176-73

Autor: — Dep. Sebastião Rodrigues

I) — O Projeto em pauta já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça.

II) — Quanto ao aspecto financeiro, atribuição conferida a esta Comissão para opinar, nenhum óbice existe para antepormos ao Projeto.

Pela aprovação.

Sala das Comissões, em 18-09-73
(aa) **Quielise Crisóstomo** — Presidente
Alvaro Dias — Relator
(Ass. ilegível)

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

P A R E C E R

AO PROJETO DE LEI N.º 176-73

1 — Com o presente projeto de lei, visa o ilustre Deputado Sebastião Rodrigues Junior, autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Francisco Beltrão, os lotes de n.ºs. 01 a 06, da quadra n.º 176 e lote n.º 04 da quadra n.º 181, localizados na sede do mesmo Município e pertencentes à Polícia Militar do Estado.

2 — O plano de lei que ora examinamos nesta Comissão já mereceu das duntas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças, pareceres favoráveis.

3 — Entendemos que a matéria é oportuna, e quanto ao mérito que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento na sua APROVAÇÃO, razão pela qual somos favoravelmente à presente proposição ora proposta pelo nobre autor.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 17 de outubro de 1973

Domício Scaramella — Presidente

Iris Mário Caldart — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 210-73, de autoria do Dep. Antônio Lopes Junior, que declara de Utilidade Pública a Obra Social Dom Camilo, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 210-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a "OBRA SOCIAL D. CAMILO", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de setembro de 1973

(a) — **Antônio Lopes Jr.**

JUSTIFICATIVA:

Pretende-se pelo presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a entidade denominada "OBRA SOCIAL D. CAMILO", com sede e foro nesta Capital, tendo por finalidade a promoção humana integral das pessoas pobres e abandonadas.

Preenchendo todos os requisitos da Lei pertinente à matéria, apresentamos o presente Projeto de Lei à apreciação dos ilustres Pares, esperando que se lhe dê apoio e final aprovação.

REPÚBLICA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

ESTADO DO PARANÁ

1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS
Rua Marechal Deodoro, 228 — Sobreloja

Sebastião Araújo Loures — Oficial

Glaci M. Meister Sutil — Oficial Maior

Sebastião Mendes Camargo — José Mendes Camargo — Escreventes

C E R T I D A O

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo neste Cartório o Livro "A" de Registro de Pessoas Jurídicas, do mesmo, consta que sob o n.º de ordem 897 com data de 22 de setembro de 1970, encontra-se registrado os Estatutos de OBRA SOCIAL D. CAMILO estando seus documentos devidamente arquivados neste Cartório.

O referido é verdade e dou fé

Curitiba, 13 de julho de 1972

Glaci M. Meister Sutil — Oficial Maior

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Maurício Fruet, indicando o nome do Sr. Deputado Iris Caldart, para discursar representando o M.D.B., na Sessão Solene do próximo dia 27, em homenagem ao Centenário de Plácido de Castro. — Será anotado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Sperandio, funcionário desta Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Abrão, ocorrido nesta Capital. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Batista Bettega. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ovídio Franzoni, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Angelo Sperandio, funcionário desta Casa. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Maurício Fruet, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Bertolli, genitor do Vereador Ademar Bertolli. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente, solicitando a inclusão na Ordem do Dia, da próxima Sessão, do Projeto de Lei n.º 150-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para a Proposição n.º 234-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Emílio Carazzai, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação da Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs. 244-73 e 233-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 221-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para os Projetos de Resolução n.ºs. 55-73, 59-73, 66-73 e 63-73. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido das determinações de Sua Excelência para que seja firmado convênio entre o Poder Executivo, através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de Campo Largo, relativamente aos serviços de combate ao fogo e prevenção contra incêndios, a serem executados pelo Corpo de Bombeiros. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando que seja dedicado a parte do Grande Expediente, da Sessão do dia 27 do corrente, aos mortos de 1935, na defesa dos sagrados postulados da civilização cristã brasileira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, visando a inclusão no Plano de Obras para o exercício de 1974, da construção de uma ponte sobre o rio Laranjinha ligando os Municípios de Santa Amélia e Cornélio Procopio. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando seja enviado officio ao Sr. Secretário de Saúde Pública, visando providências para que sejam efetuados reparos urgentes, no aparelho de abregografia do Centro de Saúde de Maringá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Haroldo Bianchi, lido da Tribuna, solicitando seja enviado Telegrama ao Sr. Ministro da Saúde, congratulando-se e agradecendo pelo brilhante trabalho que está sendo realizado, no sentido da vacinação em massa contra o sarampo. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário do Trabalho Assistência Social, no sentido de que sejam tomadas medidas necessárias para a inclusão da "Delegacia Paraná — Pioneiras Sociais" entre as entidades subvencionadas pela referida Pasta. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário de Saúde Pública a fim de que aquela Pasta preste assistência médico-sanitário à "Delegacia Paraná — Pioneiras Sociais". — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne conceder uma subvenção à "Delegacia Paraná — Pioneiras Sociais", face ao trabalho de alta relevância e profundo cunho social que vem desenvolvendo neste Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando votos de congratulações a Inocoop, através seu Diretor Superintendente e a Firma Irmãos Mauad Ltda., pelo magnifico conjunto residencial habitacional projetado e construído em Cornélio Procopio. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 21, à Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 51-73, 247-73, 250-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 176-73 e 210-73 e do Projeto de Resolução n.º 51-73.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 50-73.

A Presidência esclarece que a Sessão Extraordinária para eleger os Srs. Delegados desta Assembléia e respectivos Suplentes, que integrarão o Colégio Eleitoral para a escolha do Presidente da República, na eleição a se realizar dia 15 de janeiro de 1974, marcada para o dia 22 do corrente, quinta-feira próxima, será realizada às 15,00 horas e não à Hora Regimental, anunciada na Sessão de ontem.

Levanta-se a Sessão.

ATAS DAS COMISSÕES:

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Aos oito dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e três, às dezesseis horas, na Sala de Reuniões, reuniu-se a Comissão de Orçamento sob a presidência do Deputado Ovídio Franzoni e a presença dos seguintes componentes da mesma: Deputados Fabiano Braga Côrtes, Borsari Neto, Ernody Silvério, Francisco Escorsin e Nelson Buffara. Havendo número legal o Senhor Presidente deu início aos trabalhos, passando a palavra ao Deputado Fabiano Braga Côrtes que, na qualidade de Relator do Projeto de Lei n.º 224-73, que trata do Orçamento Geral do Estado, procedeu à leitura do PARECER oferecido ao mesmo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a sessão, da qual eu, na qualidade de Secretária lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente e por mim Secretária.

a) Ovídio Franzoni — Presidente

a) Elcy Silva Batista — Secretária.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

7.a LEGISLATURA — 3.a SESSÃO LEGISLATIVA

ATA DA 17.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatorze dias do mês de novembro de hum mil novecentos e setenta e três, na Sala de Reuniões da Divisão das Comissões, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Constituição e Justiça.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
DEPARTAMENTO DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E PESSOAL
DIVISÃO DE CONTABILIDADE

Seccão de Contabilidade Geral

SISTEMA FINANCEIRO

ATIVO

20	ATIVO FINANCEIRO			
201	DISPONIVEL			
201.101	Tesouraria		3.812.173,90	3.812.173,90
				3.812.173,90
202	EXECUÇÃO DA DESPESA			
202.1	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTARES			
202.11	DESPESAS DE CUSTEIO			
202.111	PESSOAL CIVIL			
202.111.1	Vencimentos e Vantagens Fixas	10.308.511,87		
202.111.2	Despesas Variáveis com o Pessoal	5.122.669,07	15.431.180,94	
202.112	Material de Consumo		320.386,87	
202.113	Serviços de Terceiros		1.124.783,25	
202.114	Encargos Diversos		904.970,76	
202.115	Despesas de Exercícios Anteriores		299.945,28	18.081.267,10
202.12	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			
202.121	Subvenções Sociais		3.262.120,00	
202.122	TRANSFERÊNCIAS DE ASSISTENCIA E PREVIDENCIA SOCIAL			
202.122.1	Inativos	1.660.088,39		
202.122.2	Pensionistas	164.780,26		
202.122.3	Salário Família	205.776,89	2.030.645,54	5.292.765,54

sob a Presidência do Senhor Deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho e presentes os Senhores Deputados: Antônio Lopes Júnior, Ovidio Franzoni, Quiesel Crisóstomo da Silva, Paulo Camargo, Ivo Thomazoni e Erondy Silvério. Havendo número legal o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia: 1) — PROJETO DE LEI N.º 117-73, de autoria do Senhor Deputado João Calil Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar uma Faculdade de Veterinária, na sede do Município de Castro, e dá outras providências. Relator Deputado Quiesel Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 2) — PROJETO DE LEI N.º 134-73, de autoria do Senhor Deputado João Calil Fadel. Autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, na sede do Município de Castro. Relator Deputado Quiesel Crisóstomo da Silva. Parecer favorável. Aprovado. 3) — PROJETO DE LEI N.º 145-73, de autoria do Senhor Deputado João Calil Fadel. Autoriza o Poder Executivo transferir ao DER, para fins de implantação de revestimento, conserva e manutenção, a rodovia que liga os Municípios de Rio Negro, Lapa e Antônio Olinto. Relator Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer favorável.

Aprovado. 4) — PROJETO DE LEI N.º 203-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Autoriza o Poder Executivo conceder pensão mensal equivalente a dezesséis vezes o maior salário mínimo regional, à Sra. Neusa Nascimento de Mello Leitão, viúva de ex-Interventor Estadual. Relator Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer favorável. Rejeitado. Aprovado o voto em separado do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, dando parecer contrário ao Projeto.

5) — PROJETO DE LEI N.º 212-73, de autoria do Senhor Deputado Gilberto Carvalho. Dispõe sobre a transferência de área territorial de um para outro Município, desde que se comprove benefícios para a respectiva área e o Município remanescente não perca os requisitos exigidos pela Lei Federal, e dá outras providências. Relator Deputado Quiesle Crisóstomo da Silva. Deferido pedido de vista ao Senhor Deputado Paulo Camargo. 6) — PROJETO DE LEI N.º 226-73, de autoria do Senhor Deputado Olavo Ferreira. Estende os efeitos do artigo 3.º, da Lei 6.156, de 2.10.70 aos demais cargos de nível universitário do Quadro Próprio de Pessoal do DER e dá outras providências. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável. Aprovado. 7) — PROJE-

TO DE LEI N.º 237/3 de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Alto Paraná a data de terreno que especifica. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 8) — PROJETO DE LEI N.º 237-73, de autoria do Senhor Deputado Borsari Neto. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Irmandade da Santa Casa de Uraí. Relator Deputado Wilson Fortes. Parecer favorável sem emenda. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 238-73 de autoria

rável com emenda. Aprovado. 9) — PROJETO DE LEI N.º 238-73, de autoria dos Senhores Deputados Jorge Sato e Paulo Poli. Transfere ao DER a estrada que liga a sede do Município de Itambé à Rodovia PR 13. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 10) — PROJETO DE LEI N.º 240-73, de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso. Declara de utilidade pública o Educandário São José, da cidade de Paranavai. Relator Deputado Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. 11) — PROJETO DE LEI

Não Nelson Buffara. Parecer favorável. Aprovado. (11) — PROJETO DE LEI Nº 251-73, de autoria do Senhor Deputado Muggiati Filho. Declara de utilidade pública o Centro Comunitário Bom Pastor, com sede nesta Capital. Relator Deputado Nelson Buffara. Aprovado. (12) — PROJETO DE LEI Nº 253-73, de autoria do Senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva. Autoriza o Poder Executivo doar ao Município de Campina Grande do Sul, o trator que especifica, pertencente à Secretaria de Agricultura. Relator Deputado Ivo Thomaz.

zoni. Parecer favorável. Aprovado. 12) — PROJETO DE LEI N.º 260-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 95-73, objetivando abrir crédito de Cr\$ 22.724,00, para liquidação de dívida contraída pela Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina com o Instituto de Desenvolvimento Florestal. Relator Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável. Aprovado. 13) — PROJETO DE LEI N.º 267-73, de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 101-73, da Câmara Legislativa do Tribunal de Contas do Estado.

criando no Quadro Próprio do Corpo Instrutivo do Tribunal de Contas do Estado, os Cargos Isolados em Comissão, que especifica. Relator Deputado Ovidio Franzoni. Defendido pedido de vista ao Deputado Erondy Silvério. Foram apresentados, votados e aprovados os Relatórios apostos às PROPOSIÇÕES N.ºs. 159-73, 222-73, 243-73, 244-73 e 245-73, todos concluindo que os VETOS estão em condições de serem apreciados pelo Plenário. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Secretária desta Comissão.

aa) Dep. Antônio Franco Ferreira da Costa Filho — Presidente
Rita Celestino Soares — Secretária

BALANCETE DE VERIFICAÇÃO NO QUARTO TRIMESTRE
OUTUBRO DE 1973

202.13	DESPESAS DE CAPITAL			
202.131	Equipamentos e Instalações	418.095,40		
202.132	Material Permanente	51.752,71	469.848,11	
202.15	TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL			
202.151	Auxílio para Obras Públicas — DEOE	2.600.000,00	2.600.000,00	30.256.054,65
	SOMA DO ATIVO			30.256.054,65
	PASSIVO			
21	PASSIVO FINANCEIRO			
211	LIBERAÇÕES DA SECRETARIA DA FAZENDA			
211.101	Vencimentos e Vantagens Fixas	10.483.000,00		
211.102	Despesas Variáveis com o Pessoal	5.203.000,00		
211.103	Inativos	1.684.000,00		
211.104	Pensionistas	186.000,00		
211.105	Salário Família	215.000,00		
211.201	Material Permanente	379.975,00		
211.202	Serviços de Terceiros	1.435.000,00		
211.203	Encargos Diversos	324.000,00		
211.204	Despesas de Exercícios Anteriores	300.000,00		
211.205	Subvenções Sociais	3.270.000,00		
211.206	Equipamentos e Instalações	458.000,00		
211.207	Material Permanente	84.550,00		
211.209	Auxílios para Obras Públicas	228.475,00	24.851.000,00	
212	DESPESAS EMPENHADAS			
212.101	GABINETES			
	Passagens, Transp. de Pessoas e de s/ Bagagens	95.928,30		
	Serviços de Alimentação	41.327,85		
	Representações, Festividades e Homenagens etc.	232.251,63		
	Instituições Educativas e Culturais	68.773,00		
	Instituições de Assistência Social	41.280,00		
	Instituições de Saúde Pública	66.145,00		
	Assistência Social	100.148,11		
	Credores Diversos	2.932.904,01	3.578.757,90	3.578.757,90
213	DESPESAS PROCESSADAS			
213.101	Credores por Despesas Processadas		226.150,32	
213.20	FOLHAS DE PAGAMENTO			
213.201	Janeiro	1.995,07		
213.202	Fevereiro	178,00		
213.203	Março	356,00		
213.204	Abril	1.527,93		
213.205	Maior	356,00		
213.206	Junho	356,00		
213.207	Julho	1.901,00		
213.208	Agosto	356,00		
213.209	Setembro	1.068,00		
213.210	Outubro	489.652,80	497.746,80	
213.30	RESTITUIÇÕES			
213.301	Vencimentos Não Reclamados	89,00		
213.302	Vencimentos Retidos	11.012,28	11.101,28	734.998,40
215.20	CONTAS PENDENTES			
215.201	Outras Contas Pendentes	67.941,51		
215.301	Restituições de Vencimentos	1.025,80		
215.302	Restituições de Pagamentos	1.995,79	70.963,10	70.963,10
216	RESTOS A PAGAR			
216.10	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS			
216.101	Restos a Pagar Empenhados 1971	691.777,92		
216.102	Restos a Pagar Empenhados 1972	324.635,26	1.016.413,18	
216.20	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS			
216.201	Restos a Pagar Processados 1971	1.289,94		
216.202	Restos a Pagar Processados 1972	2.631,24	3.921,18	1.020.334,36
217	CREDORES EM CONSIGNAÇÕES			
217.102	Imposto de Renda	0,80		
217.116	Sul América Companhia de Seguros de Vida	0,09	0,89	30.256.054,65
	SOMA DO PASSIVO			30.256.054,65

PALÁCIO "XIX DE DEZEMBRO", em 05 de novembro de 1973

AIMORÉ OD ROCHA — Contador Geral

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI — Chefe Secção Contabilidade Geral

JOSÉ PAULO ORTH — Chefe Divisão de Contabilidade

"VISTO"

RONALDO BAPTISTA — Diretor do D.F.C.P.